

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA ECOCRÍTICA DIANTE DE SUAS PRINCIPAIS ESCOLAS TEÓRICAS E NO CONTEXTO DE SEU PAPEL NO ENFRENTAMENTO DA CRISE AMBIENTAL GLOBAL

Rodrigo Massao Kurita

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da Universidade de São Paulo.

rodrigo.massao.kurita@usp.br

André Felipe Simões

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Energia do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP)

afsimoes@usp.br

Karina da Costa Sousa Lima

Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da Universidade de São Paulo.

karinasousa@usp.br

Resumo: A Ecocrítica surge em meados da década de 1980 como um novo paradigma de estudos literários, e sob a égide ambientalista, pauta-se na defesa e proteção do meio ambiente. Este movimento emerge da premência do enfrentamento da crise ambiental causada pelas atividades antrópicas, e, de modo correlato, da necessidade de expandir a consciência socioambiental no seio da atual sociedade humana. A abordagem da Ecocrítica, portanto, pauta-se na subjetividade inerente às relações dos seres humanos com a natureza, e deste modo, fomenta a expansão de sensibilidade ecológica e, assim, a necessidade de maior engajamento ambiental preservacionista. Neste contexto, o presente trabalho objetivou caracterizar e analisar os antecedentes históricos da Ecocrítica vis-à-vis suas principais escolas teóricas. Concomitantemente, este estudo almejou uma análise, crítica e pormenorizada, da Ecocrítica sob o prisma das externalidades socioambientais correlatas ao pós-colonialismo. Observou-se, também, que uma das principais contribuições da Ecocrítica em prol da preservação ambiental foi a adição de novas perspectivas metodológicas e teóricas na instrumentalização do pensar com sensibilidade ecológica.

Palavras-chave: Ecocrítica, Estudos Literários, Crise Ambiental.

Abstract: Ecocriticism emerged in the mid-1980s as a new paradigm in literary studies. Under the age of environmentalism, it focuses on the defense and protection of the environment. This movement emerged from the urgent need to confront the environmental crisis caused by human activities and, relatedly, from the need to expand socio-environmental awareness within contemporary human society. The ecocritical approach, therefore, is based on the subjectivity inherent in human relationships with nature, thus fostering the expansion of ecological sensitivity and, consequently, the need for greater environmental preservationist engagement. In this context, this work aims to characterize and analyze the historical antecedents of ecocriticism vis-à-vis its main theoretical schools. Concomitantly, this study aimed to provide a critical and detailed analysis of ecocriticism from the perspective of socio-environmental externalities related to postcolonialism. It was also observed that one of the main contributions of Ecocriticism to environmental preservation was the addition of new methodological and theoretical perspectives in the instrumentalization of thinking with ecological sensitivity.

Keywords: Ecocriticism, Literary Studies, Environmental Crisis.

Introdução

Ao longo dos últimos vinte anos, a Ecocrítica se desenvolveu como um movimento revisionista de natureza emergente e global, centralmente com o intuito de estabelecer em seus alicerces epistemológicos a necessidade tanto da conservação ambiental quanto da preservação do meio ambiente. Essas considerações surgem do crescimento substancial da crise ecológica experienciada nas décadas anteriores, assim como devido à urgência de se repensar e se reanalisar as interações entre o homem e o seu ambiente natural (Marland, 2013). Em pouco tempo, considerando o surgimento do Homo Sapiens, há cerca de 300.000 anos, as ações antrópicas promoveram modificações quase que irreversíveis aos habitats selvagens, causando assim enormes desequilíbrios aos sistemas naturais e mesmo à resiliência da vida no planeta (Fracalanza et al. 2022). Entretanto, representações e pensamentos pautados na conservação natural da biosfera são heranças da sensibilidade humana anteriores ao ambientalismo moderno.

No ano de 1962, com a publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, considerada a percussora do ambientalismo moderno, houve também o início de uma ruptura cultural, a qual, inicialmente pautara-se nas questões de degradações ambientais à época, quais sejam, o aumento do crescimento populacional, a escassez dos recursos naturais, a poluição ambiental e a fabricação de ogivas nucleares (Bühler, 2016). Entre os principais desastres ambientais mais relevantes da década anterior, e que foram causados por ações antrópicas, citam-se: a) o smog londrino na Inglaterra, também conhecido como A Névoa Matadora de 1952, que ocasionou a morte de aproximadamente quatro mil pessoas; b) desastre da Baía de Minamata em 1956 no Japão, causando a contaminação da água e frutos do mar por mercúrio, ocasionando cento e sete óbitos decorrentes do evento; e c) o desastre radioativo de Kyshtym, ocorrido em 1957, que causou a evaporação e dispersão de resíduos radioativos ao sul dos Montes Urais, resultando, estima-se, em 55 mortes em decorrência do câncer correlato a este acidente (Hogan, 2007).

Porém, foi apenas em meados da década de 1980 que se iniciaram os primeiros projetos de estudos literários centrados nas narrativas sob a égide ecologista. No ano de 1985, a publicação da obra *Teaching Environmental Literature: Materials, Methods and Resources*, de autoria de Frederick Waage (Waage, 1985), permitiu uma ampliação considerável do interesse nesta temática, tanto entre as cátedras acadêmicas, mas também no seio da sociedade civil (Glotfelty, 1996). Com essa demanda que excedeu as expectativas iniciais, criou-se, então, o instituto *The American Nature Writing Newsletter*, responsável pela divulgação das contribuições associáveis à Ecocrítica no meio científico, por intermédio de ensaios, artigos, dissertações e teses ao redor do globo (Glotfelty, 1996). Tais considerações, portanto, apontam para a necessidade de reavaliações dos modos existenciais humanos, principalmente nas inter-relações estabelecidas entre nossas heranças culturais e ambientais. Inegavelmente, o comportamento humano está no mote central das condições fomentadoras da degradação do ambiente natural. Essa visão pouco animadora é agravada ainda mais na concepção dada pelo pós-modernismo, na qual, têm-se modelos econômicos e sociais amplamente pautados, explícita e implicitamente, no consumismo e no materialismo desenfreados. É sob a égide deste delineamento sociocultural que a Ecocrítica se empenha em imbricar-se; centralmente, com o intuito de explorar facetas alternativas para a superação dos problemas ambientais (Marland, 2013). A responsabilidade humana pela destruição da natureza é partícipe ativa da história evolutiva humana, porém a orientação ética e o espírito de compromisso com a práxis ambientalista devem ser postos em prática (Marland, 2013). Mas essa sensibilidade para com o meio natural só pode ser atingida pelo transcendentalismo com ênfase no valor educativo da vida selvagem (Marland, 2013; Garrad, 2004). Preceitos estes que devem ser internalizados sob as perspectivas da educação ambiental e da vivência com a natureza.

Metodologia

O presente artigo visa caracterizar e analisar os recentes marcos históricos e teóricos da ecocrítica. Neste viés de abordagem, a metodologia aplicada para a condução deste estudo pautou-se no levantamento bibliográfico por meio de consultas realizadas em bases acadêmicas específicas, com o objetivo de amalgamar o objeto do estudo. Para tanto, as seguintes plataformas foram consultadas: Scopus, Scielo, Web of Science e Portal de Periódicos da Capes.

Nesta fase, no intuito de obter maior assertividade no retorno da referida pesquisa, fez-se o uso das seguintes palavras-chave: “ecocrítica”, “crítica literária ambiental” e “consciência ambiental”. Posteriormente, os critérios para a seleção dos artigos foram determinados de acordo com as seguintes parametrizações: a) fator de impacto inerente à publicação; b) aderência com o objeto de estudo e c) quantidade de citações. Os critérios de inclusão e/ou exclusão das produções científicas pesquisadas foram a abordagem histórica do movimento de ecocrítica, a relevância teórica e as possíveis contribuições de caráter socioambiental.

Contextualização teórica da ecocrítica

A conceituação e contextualização da Ecocrítica, geralmente, tendem a perpassar as conceituações etimológicas, e, desta maneira, imbricam-se em diversos desdobramentos multidisciplinares. Do ponto de vista semiótico, sua conceituação alude à junção e aos significados basilares das palavras “ecologia” e “crítica”. Etimologicamente, a palavra Ecologia é composta pela união de “eco”, proveniente de “oikos”, significando casa ou terra, e “logia”, advindo de “logos” ou estudo detalhado (Mishra, 2016). Assim, a junção das duas palavras tem um significado semelhante a “estudo da casa”. Contudo, tal conceituação pode ser considerada empobrecida, principalmente diante da relevância, posteriormente adquirida pelo termo. A palavra “Ecocrítica” foi empregada pela primeira vez em um texto acadêmico-científico, em um artigo datado de 1978, de autoria de William Rueckert (Rueckert, 1978; Glotfelty & Fromm, 1996; Bennet, 1996). Glotfelty & Fromm (1996) definem esse novo neologismo como o estudo das relações entre a literatura e o ambiente físico. Concepções semelhantes são dadas por Buell (2005), ao definir a Ecocrítica como o uso da práxis literária sob a égide das preocupações ambientais, e em Slovic (2000, p.7) que a define como “a aplicação da ecologia e conceitos ecológicos para o estudo da literatura e seus desdobramentos ambientais correlacionados à preservação ambiental”. Em suma, a Ecocrítica estabelece o balizamento das interações humanas sob a faceta da abordagem ambientalista. Amiúde, distingue-se da literatura convencional ao abordar, em seu escopo de pesquisa, a postura ética com o meio ambiente, e, conseqüentemente, os desdobramentos ou interconexões entre os seres humanos e os inumanos sencientes.

Destarte, desde a publicação do artigo *Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*, de William Rueckert, em 1978, o campo da Ecocrítica cresceu dentro do campo dos estudos de literatura, estabelecendo-se como parte integrante das humanidades ambientais. Em geral, os defensores dessa linha de pensamento e anti-paradigmática escola literária lidam com a teia de relações entre os produtos culturais e a natureza. Ao fazer isso, eles expressam, intencionalmente, suas críticas culturais e literárias de uma perspectiva tipicamente político-ambientalista. Objetos de estudo incluem textos, poemas, peças de teatro e, cada vez mais, produções visuais como filmes e obras de arte. Embora as abordagens ecocríticas a esses formatos sejam diversas, um objetivo comum e contumaz é eliminar a dicotomia entre natureza e sociedade. Como tal, a Ecocrítica desconstrói tópicos que abrangem, por exemplo, a escassez de respostas adequadas às crises ambientais, a negligência das preocupações ambientais e concepções romantizadas da natureza. A justiça ambiental e a ética também fornecem plataformas para a Ecocrítica (Glotfelty & Fromm, 1996). Estes intercâmbios sugerem uma forte aproximação da Ecocrítica com a ecologia profunda, uma teoria proposta pelo filósofo norueguês Arne Naess, como contraponto à visão dominante sobre o uso dos recursos naturais. Deste modo, a proposta da ecologia profunda é a de propor

a reinterpretação da relação entre a humanidade e o ambiente natural; ou seja, despertar o reconhecimento interior da nossa unidade com a natureza (Capra, 2001).

Os primórdios e desenvolvimento da ecocrítica

A primeira fase da Ecocrítica desenvolveu-se por meio da escrita naturalística como ponto central de seus estudos. Neste contexto, analisam-se as expressões tanto artísticas quanto literárias, por meio da práxis ambiental e, como externalidade, o desbravamento do despertar da consciência ambiental. Comumente, essa abordagem permitiu que o meio ambiente se tornasse o tema central das discussões literárias, permitindo assim, a reconexão do indivíduo (indivíduo-leitor, em especial) com a natureza e, concomitantemente, reduzindo ao segundo plano todo o ideário teórico (Nuri, 2020). Ainda segundo Nuri (2020), essa condicionante permitiu tecer críticas construtivas de combate à destruição ambiental, e desse modo, influenciou muitos discentes de áreas multidisciplinares no que tange aos debates das suas relações com a natureza. É neste âmbito que se analisa a dicotomia e as distorções pré-existentes na relação humano-natureza, e, também, os arcabouços das heranças culturais, sociais e ambientais que implicam no comportamento típico contemporâneo (Rocha, 2020). Têm-se, portanto, neste primeiro estágio da Ecocrítica a ênfase na alcunhada “escrita da natureza”, ou seja, estudos voltados à preservação natural e à exaltação da beleza paisagística (Rocha, 2020).

A segunda fase da Ecocrítica inicia-se quando surge a necessidade de suas abordagens se tornarem desdobramentos transnacionais, e não apenas nacionais (Nuri, 2020). Com essa diretiva, as questões ambientais, que antes eram diretivas de paisagismos rurais ou selvagens, passaram a rejeitar a separação artificial entre áreas rurais e urbanas (Nuri, 2020; Oppermann, 2012). Enquanto o embrião da Ecocrítica procurava conceber uma visão preservacionista, essa segunda escola da Ecocrítica aproximou-se mais veementemente de outras vertentes do ambientalismo convencional, as quais abordam diretamente adversidades oriundas da justiça, do pós-colonialismo e do racismo ambiental (Nuri, 2020). Ao enfatizar tais problemas, a Ecocrítica reconhece, pela primeira vez, que as questões sociais estão intrinsecamente correlacionadas com a degradação ambiental, e que a literatura pode ser ferramenta de grande eficácia para resolução de múltiplas perspectivas e preocupações relacionadas à pobreza e à miséria (Nuri, 2020; Oppermann, 2012). Assim sendo, o discurso ecocrítico deve desenvolver novas formas de aliar a interconectividade global, em detrimento de ações apenas locais. Conjuntamente, tais concepções criam alicerces amalgamados ao concederem vozes a subculturas historicamente marginalizadas (Buell, 2005). Essa renovação permitiu que contribuições importantes advindas do Sul Global pudessem questionar as condições impostas pelo pós-colonialismo atualmente (Nuri, 2020). Em decorrência deste avanço, inúmeros estudos inerentes a esta vertente da Ecocrítica pós-colonial começaram a surgir, causando certo mal-estar entre acadêmicos. Tal desconforto é analisado nas seções posteriores do presente artigo.

As transformações sociais ocasionadas diretamente pela Ecocrítica favoreceram, também, o surgimento de movimentos ecofeministas, os quais, em seu âmago, denunciavam inúmeras idiosincrasias decorrentes da insustentabilidade existencial e ambiental, principalmente no que tange às dualidades de gênero (Oppermann, 2012). A avaliação interseccional, neste caso, não se limita apenas à definição feminista ou ecofeminista, mas sugere que essa abordagem conceitual é estratégica para a resolução dos problemas ambientais (Gaard, 2010). Ao se analisarem aspectos como a opressão de mulheres, de crianças e dos pobres, nota-se que a superexploração dos recursos naturais, em boa medida, encerra correlação direta com o pensamento patriarcal, e isso sugere que o gênero feminino é mais suscetível às mudanças ambientais em todos os níveis de abrangência (local, regional ou global), pois geralmente são excluídas por meio de processos de gentrificação e, assim, obrigadas a se alojarem em áreas de risco (Nuri, 2020; Garrad & Drakakis, 2004).

Em sua terceira fase, a Ecocrítica aprofundou-se ainda mais na compreensão das questões ambientais baseadas nas experiências e vivências comuns. Para tanto, sua dialética incorre na inclusão de novos aportes literários ou científicos, no intuito de reconhecer

particularidades étnicas e multiculturais (Nuri, 2020). Segundo Nuri (2020), esse tipo de abordagem possibilitou a ruptura dos modelos tradicionais de disciplinaridade, permitindo, desse modo, a transcendência das fronteiras transnacionais para novas perspectivas globais. Assim, a inclusão da etnicidade ampliou o escopo da Ecocrítica para estudos até antes inexplorados e, conseqüentemente, alcançando novos públicos (Nuri, 2020; Slovic, 2010). Tais considerações, de acordo com Slovic (2010), são relevantes, pois permitem a manutenção das identidades étnicas e da experiência humana no meio ambiente. Hayashi (2007) postula que a inclusão dos saberes multiétnicos viabiliza investigações e discussões mais profundas acerca da ética ambiental.

A abordagem socioambiental da ecocrítica frente a crise ambiental contemporânea

No cerne de todo o movimento ecocrítico, encontra-se a necessidade urgente do enfrentamento da atual crise ambiental. Vive-se em uma época na qual a exploração dos recursos naturais e o aumento das externalidades negativas ao meio ambiente põem em contraposição todo o ideário de desenvolvimento, e mais ainda de crescimento econômico. Esse processo, anteriormente individualista, com a prosperidade capitalista, tornou-se, basicamente por meio da expansão de mercados globalizados a partir do início da década de 1980, uma condição estrutural, enraizada no seio da sociedade humana, pela qual parte-se do pressuposto de que o crescer econômico seria a panaceia para todos os problemas da humanidade (Guimarães, 1995). Tudo isso limita-se não apenas ao acúmulo de riquezas, mas também se relaciona, e de modo visceral, à destruição ambiental, à desqualificação e ao esquecimento intencional dos limites naturais de resiliência e de estabilidade do sistema terrestre, da biosfera (Guimarães, 1995; Rockström et al, 2023). Esse quadro socioambiental sugere que os impactos negativos dos humanos ao meio ambiente estão se tornando cada vez mais complexos e, ao mesmo tempo, gerando pobreza e desigualdades sociais (Jacobi, 1999; Guimarães, 1995; Rockström et al, 2023). Para análise destas circunstâncias é necessário compreender que a construção do sujeito como ser humano histórico, desde sua gênese foi concebida na usurpação e na expropriação da natureza para sua emancipação. Ou seja, a constituição humana que caracteriza cada um de nós como humanos, só foi possível por meio da obliteração do meio natural, pois, “o trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem por sua atividade realiza trocas com a natureza” (Marx, 1999, p.211). Essa guinada da humanidade do período Holoceno para o Antropoceno causou inúmeras transformações, seja no espaço do historicismo social humano, como nos intercâmbios e nas inter-relações com a natureza. Mas é justamente no Holoceno que o homem passa a se “considerar a criatura eleita por Deus para dominar o mundo” (Soffiati, 2022). Neste viés, o papel da Ecocrítica é tecer críticas e questionar as modificações antrópicas existentes nas conturbadas, complexas, tênues e tipicamente desarmônicas relações entre natureza e ser humano.

Para modificar essa visão arraigada no pós-modernismo consumista, a Ecocrítica sugere que o aumento da consciência ecológica, por intermédio de um ajuste individual de valores, seria a proposição mais viável para o despertar ambiental. A mudança sugerida no relacionamento do homem com o meio ambiente ocorreria através do redescobrimto e da profunda conexão com o mundo, tanto natural quanto inumano. Do ponto de vista teórico, essa abordagem se contrapõe ao antropocentrismo e outros modos de ambientalismo caracteristicamente rasos. Deste modo, tal abordagem pressupõe que as necessidades humanas não devem superar as necessidades de outros seres vivos (Marland, 2013). Consecutivamente, este tipo de condicionamento é histórico, pois a própria noção de dominação da natureza pelo homem seria decorrente da dominação do humano pelo humano (Marland, 2013). Assim sendo, existe a necessidade do rompimento deste paradigma por meio de uma abordagem mais realista; esta, no caso, sendo capaz de permitir a reflexão sobre como a natureza foi desconstruída com o objetivo de reforçar ideologias dominantes (Buell, 2005).

Estas condicionantes apenas reforçam que a literatura crítica e as ciências ambientais desempenham um papel deveras importante para a compreensão do posicionamento humano

na esfera. Na visão de Oppermann (2012), a Ecocrítica fortalece o estreitamento político em prol do enfretamento das degradações ambientais, tornando-se, assim, uma forma de trivializar a aproximação interativa entre elementos naturais e não naturais. Constatação semelhante é dada por Manes (1996) ao salientar que a consideração da natureza, como uma entidade viva e articulada, permite alterações profundas nas práticas sociais. Esta perspectiva condiz perfeitamente com a necessidade de se desconstruir o pensamento colonialista, pelo qual a humanidade, por meio de seus arranjos históricos e sociais incitados pela busca de poder (sob matizes diversos), tende a subjugar a natureza ao bel-prazer (Manes, 1996). Pereira (2018) postula que a ideia de dominância sobre a natureza é a grande responsável pelos abissais desacertos contemporaneamente existentes entre a sociedade e seu meio natural. Portanto, para a Ecocrítica se faz necessário o despertar deste espírito inquiridor e inquieto para que se estabeleçam as possibilidades concretas de aquisição de conhecimentos ecocríticos e sua própria construção (Freire, 1996).

A Ecocrítica é também um movimento político e filosófico pelo qual os ecocríticos costumam expressar suas análises socioculturais em prol de um movimento verde (Garrad, 2004). Consequentemente, aproxima-se, porém de modo transcendente, das orientações e dos significados correlatos aos movimentos ambientalistas e ecologistas. Esse enfoque, em larga medida, contribui para que suas análises trespasssem o superficialismo ambiental praticado de modo comum pela sociedade, e ganha enfoque nas ideias socialmente construídas (Garrard, 2004). São esses ideais e representações que permitem o vislumbre da crise ambiental e que, deste modo, permite seu debate em inúmeros espaços culturais (Garrard, 2004).

A inserção dos saberes acadêmicos no seio da sociedade é de grande importância, pois práticas que associem a multidisciplinariedade com o conhecimento científico são condições que urgem ao nosso tempo. Ações importantes a serem realizadas neste âmbito remetem à criação de políticas públicas focadas na educação ambiental. A inclusão desta pauta nos ensinamentos fundamental, médio e superior favorece a formação de sujeitos críticos, cientes de seus papéis enquanto cidadãos capazes de compreender as interseções entre os humanos e a natureza (Fiuza, 2017). Ao se propor a Ecocrítica entrelaçada à educação ambiental preza-se pela instrumentalização por meio do aporte teórico-científico, o que viabiliza uma mais ampliada e profunda ressignificação do mundo exterior.

Resultados e discussão

O pensamento pós-colonialista na ecocrítica

A concepção pós-colonial da Ecocrítica empenha-se, basicamente, no resgate do legado cultural e histórico anterior ao colonialismo. Nesta abordagem, a Ecocrítica oferece a possibilidade de diversos estudos interseccionais privilegiarem o resgate das heranças culturais tradicionais, as quais antes só poderiam ser relegadas ao ostracismo por influência hierárquica colonial. Muitos estudos pós-coloniais sugerem que ex-colônias, em sua grande maioria, desconhecem as mudanças ambientais ocorridas em seus territórios (Afazl, 2017). Análogo a isso, tem-se também a ignorância não manifesta, a inobservância alienada da espoliação (material, mental e existencial), pelos impérios ou ex-impérios colonizadores, dos colonizados; e tal espoliação, que Galeano, para o caso da América Latina, chamou de “Veias Abertas” (Galeano, 2008), se dá por meio da exploração econômica dos povos colonizados e dos bens naturais da colônia ou neocolônia (Afazl, 2017). A crítica pós-colonial, per se, “é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno” (Bhabha, 2005, p. 239).

Com isso, a Ecocrítica adquire seu espaço onde a cultura, a identidade, as paisagens naturais, os domínios territoriais e as liberdades das populações nativas são novamente reconquistados; essa linha de convergência acaba por si só se fundindo à Ecocrítica pós-colonial (Afazl, 2017). Mesmo que a crítica pós-colonial e a Ecocrítica pareçam campos de pesquisa distantes, os dois campos cotejam as mesmas abordagens teóricas em suas

práticas discursivas. Ambos se imbuem de criticidade a favor da desconstrução do modelo capitalista. Outrossim, ambas correntes possuem avaliações representacionais dos mecanismos de legitimação do poder e, cada uma a seu modo, acreditam amplamente no poder transformador da cultura. Estes compromissos são visíveis nas contestações presentes nas disparidades originadas das desigualdades sociais e econômicas, bem como nos embates anticoloniais (Huggan, 2009). De fato, essa simbiose preocupa-se principalmente com a representatividade do local no qual a problemática socioambiental se circunscreve e ocorre.

O grande desafio da abordagem Ecocrítica pós-colonial, porém, é a cisão decorrente de linhas de pensamentos divergentes. Huggan (2009) argumenta que a Ecocrítica por vezes se baseia apenas nas temáticas de conservação ambiental, no mundo natural, na correlata noção de pertencimento; e isso, de uma forma ou outra, acaba contribuindo para discursos superficiais no contexto pós-colonial. Ainda segundo Huggan (2009), esse tipo de retórica comunitária e organicista acarreta no enraizamento do radicalismo ambiental, prejudicando deste modo a solidariedade que deveria ser oferecida às classes mais miseráveis.

Essa falha de análise é ainda mais predominante na análise de Jonah (2020), o qual sugere que tanto os ecocríticos quanto os pós-colonialistas não conseguem distinguir a lógica existente entre as ações humanas específicas que degradam ou mesmo extinguem a fauna, e os atos praticados por dominadores que afetam apenas os seres humanos. O perigo existente nesta ambivalência é a superficialidade teórico-científica que pode surgir destes discursos enviesados. Analogamente, este processo pode ser comparado à sustentabilidade fraca, prática comum no seio de grandes corporações que tencionam certos nichos de mercado utilizando-se da prática do greenwashing. Jonah (2020), oportunamente, tece outra crítica em relação aos estudos ecocríticos pós-coloniais; qual seja, que em seu ponto de vista deveriam abordar o planeta como uma colônia de exploração mundial, ao contrário de recortes espaciais em níveis regionais. Sua argumentação parte da fundamentação de que esses tipos de abordagem são miríades de pensamentos eurocêntricos, pois a lógica de conservação e sustentabilidade resultam da longa história de exploração colonial da natureza, assim como da apropriação dos saberes indígenas (Foladori, 2011; Jonah, 2020).

A dicotomia existente nestas narrativas é centrada na inexistência de percepções de outras culturas que vão além das europeias e estadunidenses, que possibilitassem a transnacionalidade dos estudos (Jonah, 2020; Deloughrey & Handley, 2014). As considerações de Jonah (2020) são importantes, pois a Ecocrítica como movimento de austeridade e enfretamento, em princípio, deve se desvencilhar da égide do pensamento ocidental e propor alternativas conservacionistas e sustentáveis. Induzir boas práticas requer que conhecimentos tradicionais ou populares não percam sua relevância devido às relações mercantilizadas do homem para com a natureza (Jonah, 2020). Contudo, não se deve radicalizar estes preceitos, pois muitas vezes essas mesmas relações tornam-se o principal nicho (ou meio) de subsistência de grupos que são historicamente marginalizados (Jonah, 2020).

O grande desafio da Ecocrítica pós-colonial implica, portanto, na ruptura deste paradigma etnocêntrico e na busca holística de fluidez para seus estudos comparativos. Na opinião de Nixon (2005), a transnacionalidade aliada a recortes geográficos do Sul Global, possibilitariam essa universalização do pensamento de conservadorismo ambiental. Esse pensamento, tanto técnico quanto metódico, priorizaria a gestão responsável de recursos naturais em países colonizados e, também, consistiria no renascimento célere da consciência ambiental por meio do avanço da assimilação de novos traços culturais (Nixon, 2005).

Caminhos futuros da Ecocrítica

Contemporaneamente, a Ecocrítica é um conjunto complexo de ideais e análises que são derivadas tanto de estudos culturais quanto de abordagens de cunho literário, ecológico, ambiental, histórico e outros domínios de excelência acadêmica. Essa ambivalência, concentra-se principalmente na presença destas variáveis que permitem as interconexões entre diversas áreas de pesquisas, entre diversas áreas do conhecimento. Tais indicadores

são sugestivos na sinalização da abertura multidisciplinar da Ecocrítica, pois são aspectos evolutivos do movimento que permitiram a permutação entre as diferentes culturas e seus correlatos saberes. Deste modo, novas perspectivas atreladas a novas teorizações empenham-se em permitir a alteridade nas relações humanas com a natureza. Importante contribuição dada nas premissas apresentadas é feita por Nixon (2005), o qual pontua a importância de se ampliar o debate acerca das mudanças climáticas e do associado derretimento das camadas de gelo da criosfera. Semelhantemente, Buell (2005) sugere essa mesma adequação na mensagem ambiental futura, com a primazia de colocar em primeiro plano a realidade materializada da natureza, tornando-a, assim, acessível à tangibilidade humana. Ambas as observações são pertinentes, pois enaltecem a possibilidade de tornarem visíveis os impactos ambientais que podem ser invisíveis à percepção tipicamente corriqueira.

Outra seara que possivelmente pode ser campo fértil de estudos para a Ecocrítica reside nos estudos com animais nos seus ambientes silvestres. Neste contexto, Buell (2011) ressignifica que os direitos e o tratamento ético dado aos seres inumanos são indissociáveis da Ecocrítica. Contribuições sob tal perspectiva são raras e, neste sentido, insuficientes nos tratos ecossistêmicos seja pelo aporte ambiental ou pela biopolítica, na qual tais inputs (focados em estudos com animais nos seus ambientes silvestres, no caso) são aplicados (Buell, 2011; Agamben; 2013). A relação senhor-escravo é prática recorrente nas formas abjetas e deletérias (aos animais, centralmente) pertinentes à convivência entre homens e animais. Em vista disso, Buell (2011) enfatiza a necessidade do preenchimento desta lacuna pela Ecocrítica.

Alternativas diferentes quanto ao futuro da Ecocrítica também são oferecidas por Gifford (2015), particularmente no que tange a especulações sobre os possíveis desdobramentos e abordagens da Ecocrítica. Uma delas faz menção à proliferação de doenças infecciosas emergentes ao redor do mundo que, possivelmente, de acordo com Gifford (2017), possuem correlação direta com a degradação, via desmatamento, de habitats naturais e com o contato humano direto com animais silvestres (Ewald, 2002).

Neste contexto, Gifford (2017) considera também que tais moléstias podem ter uma incidência maior em certa parcela populacional caso haja alterações drásticas nos regimes climáticos. Essa ênfase deve-se à oscilação da temperatura, à quantidade de precipitação e à distribuição geográfica dos vetores ou patógenos (Metcalf et al., 2017). Paralelamente, Gifford (2017) ainda sugere que a condição de refugiado também deveria configurar-se em tema norteador da Ecocrítica em momento vindouro próximo. A justificativa para tal, neste caso, relaciona-se às externalidades ambientais, que segundo Gifford (2017) são condicionantes decisórios para deslocamentos populacionais em massa.

As perspectivas futuras da Ecocrítica são animadoras, haja vista o amplo leque de caminhos que podem e devem ser percorridos pelo movimento. Destaque-se a demanda contemporânea e urgente pela resolução de problemas sociais e ambientais, os quais, em princípio, permitem a amplificação dos campos de pesquisa. Na sua relativamente curta história, a Ecocrítica progrediu endossando uma vasta gama de formas culturais, e recebendo contribuições importantes das áreas científicas e humanas. Tal contexto, em certa medida, favoreceu o estabelecimento do ambientalismo como preocupação permanente nos debates dentro e fora do universo acadêmico, fomentando assim uma ideia mais uniforme, ampliada e heterodoxa de nossa responsabilidade ecológica.

Considerações finais

Atualmente, os ecocríticos, de modo geral, têm envidado seus esforços intelectuais e suas criticidades intrínsecas para, ao máximo possível, auxiliar na superação das condições socioambientais críticas impostas pelo antropocentrismo e pelo tecnocentrismo, ambos contemporaneamente imersos na falaciosa e pretensa ideia de que é possível, sob a égide capitalista, propiciar crescimento econômico ilimitado. Evidentemente isto é inatingível, na medida em que a natureza não é uma cornucópia incessante de recursos naturais. Portanto, há óbvio e nítido limite planetário à produção e ao consumo irrefreável de tais recursos – o que, em última análise, representa impeditivo pétreo à expansão capitalista ou de qualquer

outro sistema econômico centrado na visão materialista e monetizante da natureza. Neste contexto, soergue-se, contrária e peremptoriamente, a Ecocrítica e seus preceitos.

A argumentação metafísica voltada ao biocentrismo, sob o prisma da Ecocrítica, permite uma nova ressignificação do meio natural, orientada, fundamentalmente, para a preservação da natureza. Destarte, a Ecocrítica viabiliza a expansão do senso crítico e, concomitantemente, estabelece parâmetros teóricos que possibilitem questionar os arranjos institucionais inerentes ao status quo produtivista, centrado no desenvolvimentismo (entendido aqui como o desenvolvimento a qualquer custo, praticamente desconsiderando-se os impactos ambientais negativos). Inexoravelmente, este fortalecimento de uma certa macro antítese intelectual aos vigentes modelos econômicos propiciada pela Ecocrítica permitiu, também, que movimentos sociais, anteriormente relegados ao ostracismo, passassem, eventualmente, a receber maior atenção por parte da sociedade, principalmente no engajamento de lutas pela representatividade minoritária, bem como, a instrumentalização da literatura como agente da educação conscientização socioambiental.

Agradecimentos

Os autores Rodrigo Massao Kurita e Karina da Costa Sousa Lima agradecem o financeiro recebido da CAPES através da Bolsa Demanda Social, enquanto o autor André Felipe Simões agradece ao CNPq pela Bolsa Produtividade. Os autores também deixam agradecimento especial ao professor André Luiz Vieira Lobo.

Referências

- AFZAL, Alia. Ecocritical post-colonial studies on humans, land, and animals. In: Dissertations and Thesis @ UNI. 414, 2017. Acesso em: 29 mar. 2023. Disponível em: <https://scholarworks.uni.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1406&context=etd>
- AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: Poder Soberano e Vida Nua I. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BENNET, John W. Human Ecology as Human Behaviour, New Brunswick, London: Transaction Publishers, 1996.
- BHABHA, H. K. O local da cultura. Trad. Miriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. 3º ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BUELL, Lawrence. The Emergence of Environmental Criticism. In: Lawrence Buell, Malden, MA: Blackwell, 2005.
- BUELL, Lawrence. Ecocriticism: Some Emerging Trends. In: Duke University Press, vol.19, nº2, 2011.
- BÜHLER, Benjamin. Ecocriticism. In: Ecocriticism. J.B. Metzler, Stuttgart, 2016. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-476-05489-0_2
- CAPRA, F. Alfabetização Ecológica. São Paulo: Cultrix, 2001.
- DELOUGHREY, Elizabeth Renée Gosson; HANDLEY George, eds. Caribbean Literature and the Environment: Between Nature and Culture. Charlottesville: U of Virginia P, 2006.
- FIUZA, Denis Henrique. A Ecocrítica e a Educação Ambiental no Ensino da História. In: Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.6, vol.4, jan/dez. 2017.
- FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. Revista Paranaense de Desenvolvimento, (102), 103–113. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/214>, 2011. Acessado em 18 de junho de 2024.
- FRACALANZA, A. P.; SIMOES, A. F.; MORSELLO, C.; ADAMS, C.; ARAUJO, L. G.; CARVALHO, M. B.; TORRES, P. H. C.; ZANIRATO, S. HH.; DIAS, S. L. F. G. SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA EM TEMPOS DE PANDEMIA. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, v. 1. 226p., 2022.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra: SP, 25ª ed. 1996.

- GAARD, Greta. New Directions for Ecofeminism: Toward a More Feminist Ecocriticism" ISLE., 2010.
- GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. 48ª edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2008.
- GARRARD, Greg. Ecocriticism. London: Routledge, 2004.
- GARRARD, Greg & DRAKAKIS, John. Ecocriticism. London: Routledge, 2006. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203644843>
- GIFFORD, Terry. The Environmental Humanities and the Pastoral Tradition, Christopher Schliephake (ed.), Ecocriticism, Ecology, and the Cultures of Antiquity, pp. 159-173, London: Lexington Books, 2017.
- GLOTFELTY, Cheryl. Introduction: Literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryl; FROMM, Harold (Eds.). The Ecocritical Reader. Athens and London: The University of Georgia Press. p. XV-XXXIII, 1996.
- GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papirus, 1995.
- HAYASHI, Robert T. "Beyond Walden Pond: Asian American Literature and the Limits of Ecocriticism." Coming into Contact: Explorations in Ecocritical Theory and Practice. Ed. Annie Merrill Ingram, Ian Marshall, Daniel J. Philippon, and Adam W. Sweeting. Athens: U of Georgia P, 2007.
- HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN D. J. (Org.) Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2007.
- HUGGAN, Graham. Greening Postcolonialism: Ecocritical Perspectives. In: MFS Modern Fiction Studies, Volume 50, Number 3, Fall 2004. Acessado em: 30 mar. 2023. Disponível em: "Greening" Postcolonialism: Ecocritical Perspectives. DOI: <https://doi.org/10.1353/mfs.2004.0067>
- JACOBI, Pedro Roberto. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (CEPAM). O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.
- JONAH, Caleb Monday. A Critical Analysis of Issues in Postcolonial Ecocriticism. In: Ibadan Journal of Humanistic Studies, vol.30, 2020.
- MANES, Christopheer. Nature And Silence. In: Glotfelty and Fromm, 1996.
- MARLAND, Pippa. Ecocriticism. In: Literature Compass, vol.10, nº11 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/lic3.12105>
- MARX, Karl. O manifesto comunista. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p. METCALF, C.J.E.; WALTER, K.S.; WESOLOWSKI, A.; BUCKEE, C.O.; SHEVLIAKOVA, E.; TATEM, A.J.; BOOS, W.R.; WEINBERGER, D.M.; PITZER, V.E. Identifying climate drivers of infectious disease dynamics: recent advances and challenges ahead. The Royal Society, 2017.
- MISHRA, Sandip Kumar. Ecocriticism: A Study of Environmental Issues in Literature. BRICS Journal of Educational Research, 6(4),168-170, 2016.
- NIXON, R. Environmentalism and Postcolonialism. In A. Loomba, S. Kaul, M. Bunzl, A. Burton, & J. Esty. (eds), Postcolonial studies and beyond, (pp. 233–251). London: Duke University Press, 2005.
- NURI, Mohammad Ataulah. Three Waves of Ecocriticism: An Overview. In: Horizon, nº5, 2020. Acesso em: 21 mar. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359055624_Three_Waves_of_Ecocriticism_An_Overview
- OPPERMANN, Serpil. Teorizando a Ecocrítica: Para uma prática pós-moderna. Faculdade de Letras da Universidade de Porto: Instituto de Letras Comparada Margarida Losa: Edições Afrontamento, 2012. ISBN: 9723617862.
- PEREIRA, Elenita Malta. Sensibilidade ecológica e ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanos-natureza. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 338-366, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-02004921>
- ROCHA, Renata. Ecocrítica e Ecofeminismo: Uma Leitura do Conto "A Porca". In: Revista Ártemis, vol. XXIX nº 1; jan-jun, 2020. pp. 30-45.

- ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, 2009.
- RUECKERT, William. Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism. In: *Iowa Review* (9), nº1, pp. 71-86, 1978.
- SLOVIC, Scott. Ecocriticism: containing multitudes, practising doctrine. *The Green Studies Reader: From Romanticism to Ecocriticism*. Ed. Laurence Coupe. London: Routledge, 2000.
- SOFIATTI, Arthur. Holoceno: época geológica e antrópica. Autografia: SP, 2022.
- WAAGE, Frederick. *Teaching Environmental Literature: Material, Methods, Resources (Options for Teaching of English) Hardcover*. Modern Language Assn of Amer, ISBN: 0873523083, p.191, 1985.